

“PORTARIA Nº 396, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2.018”

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO, Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu – ITUPREV, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o quanto disposto na Lei Municipal nº 1.175, de 27 de maio de 2.010 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Prefeitura da Estância Turística de Itu e prevê os procedimentos legais a serem adotados *in casu*;

CONSIDERANDO o quanto consta dos documentos acostados aos autos do Processo Administrativo nº 0726/2018 que foi instaurado com o objetivo de adotar as providências cabíveis com relação à conduta do servidor público municipal, Senhor D.R., portador da matrícula funcional nº 003, ocupante do cargo público de Contador Previdenciário;

CONSIDERANDO que da análise do presente expediente administrativo, verifica-se a existência de indícios de cometimento de infração funcional no desempenho de suas funções por parte do servidor público municipal, Senhor D.R., configurando, em tese, a prática de infração funcional tipificada no artigo 180, incisos II e V, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, cuja regular apuração dar-se-á mediante instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituição de uma Comissão Processante Disciplinar;

RESOLVE:

I – Fica instaurada e constituída a Comissão Processante Disciplinar para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo nº 0726/2018.

II – A comissão do PAD nº 0726/2018 fica constituída com os seguintes membros:

- 1- Presidente – Larissa Vieira Caldas, Procuradora Previdenciária, matrícula nº 026
- 2- Relator – José Julio Junior, Analista Administrativo, matrícula nº 07
- 3- Membro – Aline Rosa de Oliveira, Assistente Social, matrícula nº 019
- 1º Suplente - Cristiane Aparecida Macedo, Oficial Administrativo, matrícula nº 024
- 2º Suplente – Valéria da Silva Catani, Assessora, matrícula nº 021

III – Os servidores integrantes da Comissão exercerão as suas funções com total isenção e autonomia, sem prejuízo das atribuições próprias de seus cargos, podendo ausentar-se das repartições em que estão lotadas, quando necessário, para exercer os atos pertinentes Processo Administrativo nº 0726/18.

IV – Fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para término dos trabalhos, nos termos do disposto do art. 201 da Lei 1.175, de 27 de maio de 2.010, prorrogáveis por mais 60 (sessenta).

V – Fica afastado preventivamente o servidor Sr. D.R. do exercício do cargo, como medida cautelar, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com prejuízo da remuneração, admitida sua prorrogação por igual período, nos termos do art. 195, parágrafo único da Lei 1.175/2010.

VI – Esta portaria entrará em vigor a partir desta data.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU - ITUPREV
Aos 26 de Novembro de 2018.

Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo
Superintendente

Registrada, nesta data, em livro próprio e afixada no local de costume. Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu - ITUPREV, aos 26 de novembro de 2018.

Teresa Cristina de C. P. e M. Peixoto
Diretora Administrativa